

História Ambiental e História Pública: perspectivas para (re)acender o diálogo no Brasil

Environmental History and Public History: Perspectives for (Re)igniting Dialogue in Brazil

Fabiúla Sevilha*

RESUMO

A História Ambiental e a História Pública foram institucionalizadas na década de 1970. Todavia, o diálogo entre ambas ainda carece de uma maior compreensão pela historiografia brasileira. Neste artigo, discuto meandros e consequências desta ausência de sistematização. Parto do pressuposto de que as análises historiográficas sobre a História Ambiental no Brasil levam a uma sobreposição: embora a História Pública esteja presente enquanto prática nos trabalhos de historiadores ambientais, ela ainda é examinada pelas vias da História Social e da História Oral. Dividido em três seções, o artigo primeiramente mapeia o diálogo entre a História Pública e a História Ambiental. Em seguida, aborda como preocupações inerentes à História Pública adentraram a historiografia ambiental brasileira. Por fim, investiga perspectivas abertas pela ideia da História Ambiental como *modo de pensamento*, da História Pública como

ABSTRACT

Environmental History and Public History were institutionalized in the 1970s. However, the dialogue between the two still lacks a greater understanding by Brazilian historiography. In this article, I discuss the intricacies and consequences of this lack of systematization. I start assuming that historiographical analyses of Environmental History in Brazil lead to an overlap: although Public History is present as a practice within the works of environmental historians, it is still examined through the lenses of Social History and Oral History. Divided into three sections, the article first maps the dialogue between Public History and Environmental History. Then, it addresses how concerns inherent to Public History entered Brazilian environmental historiography. Finally, it investigates perspectives opened by the idea of Environmental History as *a way of thinking*, of Public

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. fsevilhas@yahoo.com.br <<https://orcid.org/0000-0002-9854-2013>>

meio de ação compartilhada e da História Oral como *ferramenta*.

Palavras-chave: História Ambiental; História Pública; Historiografia Brasileira; História da Historiografia.

History as a *means of shared action* and Oral History as a *tool*.

Keywords: Environmental History; Public History; Brazilian historiography; History of Historiography.

INTRODUÇÃO

Engajamento social, “desencastelamento” e compromisso político são palavras de ordem tanto da História Ambiental quanto da História Pública. Mas estes não são os únicos pontos de contato. Ambas foram assim denominadas e institucionalizadas nos Estados Unidos, no contexto de profunda agitação da chamada Crise Global da década de 1970. Trata-se de um momento de crítica aos padrões capitalistas, especialmente aqueles concernentes ao *American Way of Life*; de questionamento da industrialização e da modernização científica como remédios para todos os males; de constatação da falência dos discursos progressistas e desenvolvimentistas, a partir dos violentos processos de descolonização afro-asiáticos e da Guerra do Vietnã; e de uma forte depressão econômica impulsionada, dentre outros fatores, pela Crise do Petróleo. Nos dizeres de Eric Hobsbawm (1995, p. 393), “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”.

Do ponto de vista ambiental, a atmosfera instável e crítica coincide com o adensamento dos debates em torno das questões e incertezas abertas pelos graves problemas que marcaram as décadas de 1950 e 1960, como a contaminação do ar em Londres e Nova York; os casos de intoxicação por mercúrio em Minamata e Niigata, no Japão; a diminuição da vida aquática em alguns dos Grandes Lagos estadunidenses; e a publicação de *Silent Spring*, em 1962, no qual Rachel Carson denunciava o uso massivo do DDT e a maneira como tal substância penetrava os organismos em “cadeias de envenenamento”. No âmbito acadêmico-cultural, há que se lembrar, ainda, das amplas mudanças ocorridas desde o final da Segunda Guerra Mundial, que levaram ao questionamento da velha ordem das coisas, até mesmo da profissão histórica; e da abertura das universidades dos Estados Unidos a um número crescente de jovens de origem modesta e com origens étnicas identificáveis, o que intensificou a inquietação em torno do elitismo acadêmico (Shopes, 2016, p. 74).

História Ambiental e História Pública são, pois, institucionalizadas num cenário que as marcou de maneira indelével com um compromisso ético e político. Deste chão comum, emergem potencialidades de diálogo que não pas-

saram ao largo de duas de suas maiores associações, a saber, o *Rachel Carson Center for Environmental History* e o *National Council on Public History*: a primeira, ao destacar que “a História Ambiental é particularmente atraente para o público porque tem finalidade moral e valor político” (Carruthers, 2011, p. 59); e a segunda, ao argumentar que os historiadores públicos podem ajudar a entender as conexões entre a memória popular e as complexas relações dos humanos com o seu ambiente e com ambientes desconhecidos (National Council on Public..., 2014).

Se na historiografia ambiental e pública internacional parece evidente que há uma coevolução dos campos e um ganho mútuo na interrelação da História Ambiental com a História Pública, o diálogo de fato ainda carece de uma maior compreensão na historiografia brasileira. É esta a problemática de fundo no presente artigo. Parto do pressuposto de que entre os historiadores ambientais brasileiros ainda não houve uma sistematização sobre o debate, o que leva a uma sobreposição: a História Pública pode estar presente enquanto prática nos trabalhos de História Ambiental no Brasil, mas ainda é examinada pelas vias da História Social e da História Oral. A fim de (re)acender ou recolocar os termos do debate, evidenciando as potencialidades a serem exploradas, divido o artigo em três seções. A primeira é dedicada a mapear, na trajetória da História Pública, a matriz do diálogo com a História Ambiental. A segunda seção aborda como algumas preocupações inerentes à História Pública adentraram a historiografia ambiental brasileira por meio da História Social. Por fim, a terceira seção investiga as perspectivas abertas pela ideia de História Ambiental como *modo de pensamento*, História Pública como *meio de ação compartilhada* e História Oral como *ferramenta*.

PELO ENGAJAMENTO E PELA HORIZONTALIDADE: MAPEANDO A MATRIZ DE DIÁLOGO

Parece consensual, na historiografia especializada, que o que hoje denominamos como História Pública tem um local, um nome e uma data de batismo. Ela teria sido “batizada” nos Estados Unidos, na década de 1970, quando Robert Kelley (1978, p. 16) definiu que a História Pública se referia “ao emprego de historiadores e de seus métodos históricos fora da academia: no governo, em corporações privadas, na mídia, sociedades históricas e museus, mesmo em espaços particulares”. Para autores como Paul Knevel, esta foi apenas a designação de uma longa tradição de função pública presente na historiogra-

fia ocidental. É de se indagar, então, por que nomear uma velha prática? Barbara Howe nos dá a pista ao afirmar que a História Pública surgiu como uma nova maneira de identificação dos historiadores (Cauvin, 2018).

Tendo em vista que “identificar” é distinguir a identidade de algo ou alguém, quando autores como Thomas Cauvin (2018) afirmam que os Estados Unidos cunharam o termo História Pública, importa sublinhar que isso implica um processo de criação, fabricação, invenção. Cunhar o nome foi o primeiro passo dado por Kelley para a institucionalização do campo nos Estados Unidos. Na sequência, vieram outras três iniciativas fundamentais, com a organização do primeiro programa em História Pública na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara (1976); a publicação do primeiro número da revista *The Public Historian* (1978), por Wesley Johnson; e a criação do *National Council on Public History* (NCPH).

Ao se intitular uma resposta ao isolamento do historiador acadêmico, essa História Pública se colocava em oposição ao “historiador tradicional”. Como representante de um novo começo, explica Cauvin, esse “novo historiador” deveria ser treinado em programas acadêmicos para trabalhar fora da educação, atuar nos meios de comunicação em massa e estabelecer parcerias com o capital privado. No contexto da depressão econômica global dos anos 1970 e da crise de empregos nas universidades estadunidenses, expandir e, ao mesmo tempo, demarcar as fronteiras de atuação dos historiadores para além da academia era fundamental.

Em paralelo a este processo, tomava corpo, na Grã-Bretanha, a reflexão sobre o conceito de História Pública em si. Conquanto a necessidade de “desencastelamento” fosse compartilhada com os norte-americanos, o sentido dado a ela enveredou por caminhos diferentes. Se a predominância nos Estados Unidos era em relação ao uso público da História, na Grã-Bretanha era sobre a História Pública ligada às políticas públicas. Isso fica bastante claro em Raphael Samuel, um dos principais representantes da História Pública na Inglaterra. Em 1967, ele iniciou uma série de seminários no Ruskin College para discutir como a História podia atuar na democratização e na consciência acerca dos usos políticos do passado, ao dar voz aos grupos sociais sub-representados.

O enfoque de Samuel vinha de um debate já antigo na Grã-Bretanha, iniciado após a Segunda Guerra Mundial por historiadores ligados ao Partido Comunista britânico. Na década de 1970, tanto estes historiadores quanto os ligados à revista *History Workshop* passaram a defender uma história popular (Aróstegui, 2001, p. 122). Assim, o período em que a “história vista de baixo” ganhou notoriedade, com os trabalhos de Christopher Hill, Eric Hobsbawm e

Edward P. Thompson, coincide e atravessa os debates da História Pública na Grã-Bretanha, muito embora não haja consenso na historiografia sobre a validade de denominar o que era praticado como tal.

Para Cauvin (2018), autointitulando-se já naquele momento como História Pública, o movimento britânico foi mais radical do que o estadunidense, resultando em um novo impulso à prática da história local, aos estudos comunitários e à História Oral. Já para Jill Liddington, o que emergiu na Grã-Bretanha a partir de então foi mais o *English Heritage*. Isso porque os debates mais acalorados sobre o senso de passado não se deram em torno da História Pública, mas do patrimônio e da memória nacionais, sob a liderança dos *landscape historians* (historiadores da paisagem), geógrafos históricos e teóricos culturais (Liddington, 2011). Se tomarmos como precaução o que a própria Liddington diz, sobre o fato de o termo História Pública ser escorregadio, interessa-nos, mais do que buscar identificar as raízes dessa “velha prática” na Grã-Bretanha, pensar que o seu debate conceitual se dá em um período em que o historiador era chamado a interagir de novas maneiras na preservação de lugares históricos. Não mais como o erudito ou o professor, que do alto de sua “torre de marfim” pensa sobre o conceito abstrato, mas como aquele que utiliza a sua expertise em prol de políticas públicas de salvaguarda e preservação do patrimônio. Esse me parece um bom pontapé para pensarmos as relações entre História Pública e História Ambiental.

Baseio-me na pista sinalizada pela afirmação de Dolores Hayden (1995). Em seu livro *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*, Hayden defende que a História Social do espaço urbano tem um grande potencial de contribuição não só para a História Pública, mas também para a ampliação das perspectivas da escrita da História Urbana e das práticas de preservação que envolvem esse espaço. A sua afirmação atesta um outro fato que também é apontado na historiografia sobre a História Pública: a de que um dos braços mais profícuos da relação que esta estabelece com a História Ambiental diz respeito à preservação dos espaços históricos.

Com efeito, diante das ameaças socialistas aos palacetes britânicos, em meados da década de 1970, latifundiários e historiadores se uniram em prol de campanhas como a *Heritage in Danger*. Desse contexto emergem tanto o potencial quanto a fragilidade do novo enfoque. Em que pesem as relações entre lugares, indivíduos e comunidades estarem no centro dos debates em torno da preservação histórica, por muito tempo a participação dos atores locais foi negligenciada (Cauvin, 2016, p. 56). Somente a partir da década de 1990 é que a categoria de patrimônio foi incorporada à esfera pública e às humanidades co-

mo forma social de afirmação política de comunidades variadas, trazendo-as para o primeiro plano (Santiago Júnior, 2018). Tal cunho político horizontalizado, que hoje permite ao *National Council on Public History* afirmar que os “historiadores públicos geralmente funcionam como pontes entre a academia e os locais de patrimônio compartilhado” (National Council on Public..., 2014), também já estava no horizonte dos historiadores ambientais desde a década de 1970. Mas, tal qual na História Pública, passou por caminhos tortuosos.

A História Ambiental foi institucionalizada a partir da demanda de uma sociedade que via seus recursos naturais em constante transformação (e degradação), em meio ao turbilhão do desenvolvimento acelerado da economia capitalista e do sistema mundo. Emerge chamando para si a função social de denunciar a devastação da natureza e os impactos do sistema capitalista sobre as sociedades – colonizadas e colonizadoras. Para Donald Worster (1988), apesar de ter nascido com esse propósito moral e com esse forte compromisso político, o seu amadurecimento como campo de pesquisa acadêmico se deu sem lograr promover qualquer agenda política ou moral. Na avaliação de Martin Melosi (1993), a História Ambiental foi incapaz de encontrar um caminho consistente para alcançar a comunidade política ou abordar muitas pessoas, seja no movimento ambientalista, seja no público em geral. Igualmente ineficiente foi a história ambiental feita pelas mãos dos historiadores públicos.

Para melhor compreender essas afirmações, é preciso ter em mente que as análises de Worster e Melosi datam de 1988 e 1993, respectivamente. Isso nos impõe a questão: o que mudou desde então? Creio que a percepção de que muitos projetos de preservação histórica e sustentabilidade ambiental já nasceram fadados ao fracasso, posto que deficientes de diálogo e engajamento civil (Cauvin, 2016, p. 56), aproximou a História Pública da História Ambiental de maneira mais direta. No entanto, a sua efetivação na historiografia – e aqui penso particularmente na historiografia brasileira – ainda teve de vencer um outro desafio, o de demarcação de uma área de atuação por vezes atribuída à História Social.

E PELA ROTA DA HISTÓRIA SOCIAL...

A constatação de que o objeto de estudo do historiador ambiental estava na dialética entre o natural e o construído trouxe algumas modificações relevantes para pensarmos o diálogo com a História Pública. Ao tradicional enfoque na natureza e nas regiões ditas selvagens ou modificadas pelo ser humano foram acrescentadas preocupações relativas à cultura, à política e à economia.

A partir daí, tanto quanto os documentos escritos, as paisagens se tornaram ferramentas de análise fundamentais para os historiadores ambientais (Melo-si, 1993, pp. 17-18). Como explica David Blackbourn (2011, p. 19), não fomos nós, historiadores ambientais, os únicos a constatarem que a história ocorre no tempo e no espaço. Mas os historiadores ambientais, ao examinarem habitats, paisagens, espécies invasoras, de fato foram os “motores principais na restauração da dimensão espacial da história”.

Em verdade, desde a década de 1980 os trabalhos que hoje são referências para a História Ambiental já sinalizavam essa inclinação. É o caso de *O Homem e o Mundo Natural*, publicado em 1983, de Keith Thomas (1989). Com o objetivo de compreender a postura da sociedade inglesa diante dos problemas ambientais atuais, o autor percorreu as linhas de ascensão do interesse pelo mundo natural na Grã-Bretanha. Munido do instrumental da Antropologia Histórica, Thomas investigou as mudanças de percepção, sentimentos e raciocínio face à natureza – e seus imbricamentos com fatores como religião e cultura. A sua conclusão é de que, entre 1500 e 1800, é possível vislumbrar modificações significativas no modo como homens e mulheres de todos os níveis sociais percebiam e classificavam o mundo natural, sendo o questionamento da visão antropocêntrica uma das mais importantes.

Das formas de ver, sentir e pensar a natureza, para a análise de como elementos biológicos manipulados por mãos humanas contribuíram para a alteração e a colonização dos espaços, outra referência para os estudiosos da História Ambiental é o *Imperialismo Ecológico*, publicado em 1986, de Alfred Crosby (1993). Seu objeto de pesquisa são as Neo-Europas – regiões com população predominantemente caucasiana, colonizadas por europeus e situadas nas zonas temperadas dos hemisférios norte e sul –, singulares pelo grande número de excedentes de alimentos que exportam em escala global. Crosby parte da tese de que o imperialismo europeu teve um componente biológico, ecológico. Conscientemente, em busca de um meio semelhante ao seu, ou inconscientemente, por meio das embarcações, roupas e calçados, os colonizadores trouxeram consigo três fatores essenciais e determinantes para o seu domínio sobre território e povos da América e da Australásia: as ervas, os animais e as doenças, que não apenas “europeizaram” o território, como lograram impor-se sobre ecossistema e população nativas, em regra geral dizimando-as.

O seu trabalho fornece, ainda hoje, um modelo para a avaliação dos êxitos de outros organismos exóticos, como o humano, e uma outra dimensão da problemática ambiental, a dos impactos do ambiente sobre a vida humana. Somado a este, o *A Ferro e Fogo*, publicado em 1995, de Warren Dean (2007),

também é incontornável quando se trata de obras fundadoras da História Ambiental, na análise de como a dialética sociedade/biota alterou a paisagem natural. Sua análise sobre a história e a devastação da Mata Atlântica apresentava-se com o diferencial de iniciar-se não com a chegada dos colonizadores, visão ainda comum à época, mas 400 milhões de anos atrás. Dean trabalha, portanto, com a longa duração, considerando os aspectos geológicos, ecossistêmicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciaram a intervenção humana na Mata Atlântica.

Examinando contextos aparentemente distintos em termos ecossistêmicos, culturais, políticos e econômicos, mas que se entrecruzam, Keith Thomas, Alfred Crosby e Warren Dean demarcaram espaço no quadro referencial teórico-metodológico da História Ambiental. Suas obras exemplificam as três principais linhas de análise da História Ambiental mapeadas por Donald Worster em fins dos anos 1980¹. Ademais, evidenciam não só que a interdisciplinaridade era o grande trunfo dos historiadores ambientais, mas também que o enfoque na interrelação de fatores culturais, econômicos e políticos era fundamental para compreender a dinâmica de construção, apropriação e exploração do ambiente físico.

No âmbito brasileiro, as preocupações presentes nos trabalhos de Thomas, Crosby e Dean exerceram grande influência num momento em que a História Ambiental se disseminava e se fortalecia enquanto campo de estudos no país. Lembro aqui de dois trabalhos². Por ordem cronológica, o primeiro é *Os Historiadores e os Rios* (1999), no qual Victor Leonardi parte da História Regional para a História Ambiental, visando explicar o “arruinamento”, interpretado como o ato de ficar sem recursos, do Velho Airão – afluente do Rio Negro, localizado às margens do vale do rio Jaú. Adensando sua análise, o autor insere a problemática no contexto mundial, concluindo que a “decadência” do Airão não pode ser desvinculada das formas de viver, fundamentadas no extrativismo “predatório” e estruturadas no regime colonial. O argumento central é de que a exaustão dos recursos naturais veio acompanhada da violência contra os seres humanos, da exclusão e do declínio das condições de vida.

Esse encadeamento está também presente na obra *Tietê, o rio que a cidade perdeu* (2006). Na obra, Janes Jorge mostra como a intensificação do processo de urbanização da cidade de São Paulo acabou acarretando o estrangulamento do rio Tietê. Segundo o autor, houve uma ruptura pontual com o passado nos modos de vida da população paulistana e na sua relação com o rio. A visão romaneada acerca das belezas de seu entorno e a aproximação, facilmente comprovada nos hábitos da pesca, do banho e da navegação espor-

tiva que o rio “vivo” proporcionava, cederam lugar ao distanciamento e ao constrangimento que a poluição e a degradação sistemática deste recurso hídrico trouxeram.

Ainda que tanto Leonardi quanto Jorge sejam citados e recitados por historiadores ambientais, no geral suas obras são localizadas pela historiografia especializada na interface entre História Ambiental e História Social. Portanto, seja no contexto estadunidense e europeu, seja no contexto brasileiro, fato é que as interrelações entre História Ambiental e História Pública, apesar das afinidades evidentes e do terreno comum de preocupações com os problemas relacionados ao ambiente físico construído e natural, não se deram de maneira automática. Pode-se mesmo dizer que o processo ainda está em curso. Para encorajar o diálogo, em uma espécie de manifesto, Melosi reavaliou a análise pessimista de 1993 e pontuou um passo importante para os anos 2000: a constatação de que a História Ambiental, mais do que um campo de estudo, deveria ser entendida como um *modo de pensamento*, isto é, uma ferramenta para o estudo da interação humana com o ambiente físico natural e construído.

A HISTÓRIA AMBIENTAL COMO UM *MODO DE PENSAMENTO*, A HISTÓRIA PÚBLICA COMO *MEIO DE AÇÃO COMPARTILHADA* E A HISTÓRIA ORAL COMO *FERRAMENTA*

Da década de 1990, quando escreve Melosi, para a de 2020, foi decisivo o avanço dos debates em torno do conceito de sustentabilidade, a partir do qual o esforço de fazer valer a interrelação entre História Ambiental e História Pública tornou-se mais central. Para Jeffrey Stine (2017), os desafios colocados pela globalização e pelas mudanças climáticas foram de tal monta que só fizeram intensificar os interesses dos dois campos.

Em 2014, uma autointitulada “força-tarefa” do *National Council on Public History* lançou um documento no qual conclamava os historiadores públicos a “enfrentar a complicada e politicamente carregada noção de sustentabilidade”. De acordo com o documento, além das funções de coordenação de pesquisas e programas ambientais, e do compartilhamento de “boas práticas”, cumpria aos historiadores públicos exercerem o papel de mediadores, estruturando a resposta dos historiadores em uma linguagem mais acessível para as outras disciplinas que trabalham com a temática da sustentabilidade. A avaliação geral foi de que “as questões de sustentabilidade estão na interseção da História Ambiental e da História Pública”. Se mais não fosse, porque os historiadores públicos dedicados

ao estudo da consciência histórica popular já demonstraram que a percepção ambiental é moldada por memórias poderosas, as quais emergem das ligações da comunidade com o ambiente físico (National Council on Public..., 2014). Com base nessa constatação, estudiosos do tema, como David Glassberg & Sarah Pharaon (2014, pp. 5-6), chegam mesmo a sugerir a criação de “lugares de consciência”, que fomentem o diálogo público sobre os desastres ambientais e as mudanças climáticas. Outro ponto importante desse documento do NCPH é que ele coloca a sustentabilidade ambiental e as sustentabilidades econômica e social como sobrepostas, indissociáveis.

Nesse mesmo ano de 2014, a revista *The Public Historian*, ligada ao NCPH, publicou um número especial dedicado às relações entre História Pública e História Ambiental. Já no artigo de Introdução, Leah S. Glaser (2014, pp. 10-16) afirma que o entendimento dos historiadores públicos é de que, ao longo da história humana, tanto o ambiente natural quanto o construído são componentes-chave para a formação de comunidades sustentáveis. A autora argumenta que os historiadores públicos estão amplamente qualificados a contribuir com o debate sobre o tema, na medida em que estão acostumados a trabalhar com questões como pesquisa original, narrativas envolventes, engajamento cívico, parcerias colaborativas e autoridade compartilhada.

De todas essas questões, chamo a atenção para a última. O conceito de autoridade compartilhada foi cunhado por Michael Frisch (1990), em livro homônimo, no qual desmistificou a figura do historiador acadêmico que, num ato de benevolência, cede a uma comunidade o direito de realizar algo que ele faz ou deveria fazer. Segundo o autor, o historiador não escolhe compartilhar a autoridade simplesmente porque não a detém; a autoridade é compartilhada *per se*, como algo que é intrínseco à natureza da História Pública.

O conceito ainda hoje é controverso mesmo entre os praticantes da História Pública. Para James B. Gardner (2010), é tênue a linha limítrofe entre a ideia de autoridade compartilhada e a de confiança radical. Em voga nos debates sobre História Pública e museus comunitários nos Estados Unidos, esta última corresponderia ao desafio de dar ao público o controle, deixando-o desenvolver conteúdos e orientar o trabalho do historiador profissional. Levada a cabo, a ideia pode descambar da importante necessidade de compartilhar para uma renúncia total de autoridade historiadora. Para Faye Sayer (2015), desconfianças desse tipo se devem ao fato de que os historiadores ainda estaríamos tão apegados a um ideal de autoridade que até mesmo termos como *comunicação, engajamento, cooperação e colaboração*, que acompanham a História Pública, podem vir associados à concepção dos historiadores como

detentores do controle sobre o passado, na contramão do processo democrático que se espera na prática desse tipo de História.

Como sublinha Marta Rovai (2018), um ponto de inflexão nesse conflito certamente está no fato de que o historiador se vê hoje diante de um público que não se porta mais como um simples consumidor, mas que participa ativamente na construção e nas escolhas sobre o que, como, por que e o quanto divulgar suas histórias. Esse fenômeno de emancipação individual em direção à história e, portanto, à construção das temporalidades e espacialidades, modificou as estruturas do fazer histórico e do ofício do historiador (De Groot, 2009). Segundo Olivier Dumoulin (2017), espera-se, hoje, que o historiador prescreva um “remédio social”, e não que descreva ou interprete com exatidão, pois sua legitimidade já não estaria mais fundada na objetividade e no amor pela verdade. Ele se tornou um demiurgo que, pela leitura do passado, tem como missão fabricar o futuro, arbitrar, produzir identidades culturais; ser socialmente útil como fator de adesão e paz social. Assim, o historiador encontra-se hoje numa encruzilhada: é o *expert* que não é *expert* e testemunha aquilo de que não foi testemunha.

Do exposto, é plausível supor que a relação entre os historiadores e seus públicos – muitas vezes suas fontes e objeto de análise – também tenha sido modificada substancialmente. Mas, de que maneira? Qual o papel do historiador no debate contemporâneo sobre as questões de sustentabilidade, especialmente em comunidades de “maiorias minorizadas”? Compulsando a historiografia sobre o tema, conclui-se que o historiador foi instado a responder, entre outras, a questões sobre o atendimento ou não das demandas sociais nas políticas de promoção da sustentabilidade, e as formas de viabilizar e ampliar o acesso público a elas. Não se deve considerar isto uma novidade, afinal, nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XX, o aumento de disputas ambientais nos tribunais estaduais e federais acarretou justamente uma demanda por especialistas em investigações históricas públicas (Stine, 2017, p. 7). Mas advém daí o segundo ponto crucial, que eu gostaria de destacar. O historiador teve de repensar a sua autoridade, de modo a equacionar *expertise* e *experiência* em um novo modelo decisório, democrático e horizontalizado, no qual os interessados – leia-se a comunidade – devem ser chamados a intervir, opinar e escolher o que e como preservar.

Creio não incorrer em erro ao afirmar que os historiadores públicos vieram no diálogo com a História Ambiental uma forma de exercitar essa autoridade compartilhada. Afinal, articuladas, a História Pública e a História Ambiental apresentam-se como uma promissora “ferramenta para estudar a

interação humana com o ambiente físico (natural e construído) que enfatiza a comunicação e o público” (Melosi; Scarpino, 2004, p. 291). Resta, pois, compreender como esse conceito tem funcionado de parte dos historiadores ambientais. Entre estes, é crescente a percepção de que o planejamento da proteção das paisagens precisa estar diretamente ligado à interpretação da sua importância histórica para a comunidade na qual estão inseridas. Entendida como a associação entre componentes físicos e atividades humanas, a paisagem é colocada como um elemento-chave nos debates em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Em parte, porque as ligações entre patrimônio – visto em sua perspectiva ampla – e sustentabilidade têm tido respostas positivas no engajamento do público para a preservação de “suas” paisagens (Cauvin, 2016, pp. 56-58). Assim, para a História Ambiental, o diálogo com a História Pública apresenta-se como uma forma de recuperar o seu compromisso moral e político inicial.

Em 2011, o *Rachel Carson Center for Environmental History* publicou um documento no qual especialistas da área discutiram os grandes temas, necessidades e desafios colocados ao futuro da História Ambiental (Coulter; Mauch, 2011). Apesar da variedade de tópicos apontados, é possível identificar uma grande preocupação com as estruturas espaciais. Uma vez que problemas ambientais como mudanças climáticas não respeitam fronteiras geopolíticas, mas podem ser intensificados por elas, os historiadores ambientais são chamados a repensar suas escalas de análise. Por um lado, autores como Frank Uekoetter (2011, pp. 24-26) sugerem que a História Ambiental se torne uma História Global, com ênfase em semelhanças ecológicas e problemas ambientais comuns. Por outro, o NHCP ressalta que o fato de os historiadores públicos se concentrarem no local faz com que a História Pública responda diretamente às perguntas colocadas por historiadores ambientais sobre a mudança das paisagens ao longo do tempo (National Council on Public..., 2014). Como argumentado por Martin Melosi (2011, pp. 31-34), a dificuldade – e potencialidade que o leva a propor (re)acender o debate entre História Ambiental e História Pública – está justamente em equilibrar as narrativas do local ao global, a fim de compreender como comunidades locais assumem riscos consideráveis para a produção de produtos e bens de capital exportados para todo o Globo.

Entre nós, brasileiros, talvez o maior e mais recente exemplo desta dinâmica sejam os desastres de Mariana e Brumadinho. No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento de duas barragens da Mineradora Samarco devastou completamente o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, matando 19 pessoas. Em poucos dias, a lama tóxica de detritos da mineração avançou pelo

Rio Doce até atingir o mar, resultando em severos danos ambientais, econômicos e sociais aos municípios de todo o entorno, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O que deveria ter se tornado uma lição, infelizmente, se repetiu. Em 25 de janeiro de 2019, o município de Brumadinho, também em Minas Gerais, foi arrasado pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, controlada pela Vale S.A., matando mais de 270 pessoas. Um estudo realizado por Haruf Espindola, Eunice Nodari e Mauro Augusto dos Santos (2019) demonstrou que o primeiro desastre socioambiental alterou significativamente a relação da comunidade no entorno do Rio Doce com o seu espaço, a partir da ideia de uma “paisagem do medo”, um clima generalizado de temor que faz com que a população viva de sobreaviso e se sinta impotente diante da força brutal da desgraça a que foi submetida. É interessante notar que foi por intermédio de documentos oficiais e notícias de jornais que os autores acessaram o debate público sobre a tragédia socioambiental.

Foi também um desastre – as enchentes do Rio de Janeiro – que impulsionou as historiadoras Lise Sedrez e Andrea Casa Nova Maia (2014) a pensarem as relações da comunidade com a produção de um espaço. No estudo, as autoras mostram como a sequência de enchentes que atingiu a cidade do Rio de Janeiro a partir de 1966 mergulhou os então 4 milhões de habitantes no caos, com o alagamento de ruas, o desabamento de morros, etc. Na memória da cidade, a grande chuva de 1966 passou a ficar conhecida como castigo de São Sebastião, padroeiro da cidade. Adensando as análises, as autoras observam como essa enchente foi responsável pelo redesenho da paisagem urbana construindo uma *natureza urbana*. A Cidade de Deus, uma das maiores comunidades da cidade do Rio de Janeiro, foi criada nesse processo, por uma população que foi expulsa pela violência das águas. Diferentemente do estudo de Espindola, Nodari & Santos, aqui são as narrativas orais que ganham relevo. Foi por intermédio da História Oral que as autoras buscaram acessar os “objetivos, desejos e propósitos próprios” dessa população que ajudou a dar forma a essa *natureza urbana*, desconstruindo a usual separação entre mundo humano e mundo natural.

Do significado urbanístico para o significado afetivo da interpretação da paisagem da cidade como algo percebido, a historiadora Regina Horta Duarte (2007) estudou o processo de arborização e corte de 350 *Ficus benjamina* ao longo da Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte/MG, às vésperas do Golpe Militar de 1964. A primeira constatação da autora, possivelmente o que a fez investigar o tema, é que o corte brutal dessas árvores ainda era um evento muito presente na memória dos belo-horizontinos, especialmente entre os mais ve-

lhos, alguns deles entrevistados para a pesquisa. O desaparecimento repentino dos Ficus foi tema de debate público em jornais, relatórios políticos e conversas cotidianas, evidenciando não só a relação dos cidadãos com os elementos naturais presentes no ambiente urbano, mas também o quanto práticas cotidianas e ações políticas são responsáveis pela constituição de um espaço.

Os três artigos denotam uma lacuna e um potencial. De um lado, trabalhos como os de Regina Horta Duarte, Lise Sedrez e Andrea Casa Nova Maia lançam mão de entrevistas orais para compor o seu rol de fontes. Paradoxalmente, de outro, evidenciam que a atenção dada especificamente às narrativas orais ainda é recente. De acordo com a conclusão do mais completo e recente levantamento historiográfico sobre História Ambiental brasileira, pode-se mesmo dizer que é incipiente. Refiro-me ao *A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil* (2020), no qual José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho analisaram 55 livros autorais e 30 coletâneas. Compulsando eixos-temáticos e fontes utilizadas em todos esses trabalhos, os autores concluem que o potencial das fontes orais ainda é pouco explorado. Incorporá-las, efetivamente, a partir das narrativas de caixas, quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, ribeirinhos e assentados poderia em muito contribuir com a História Ambiental.

Da afirmação de Pádua & Carvalho (2020) eu gostaria de assinalar duas questões. A primeira é que esse extenso levantamento não faz menção ao potencial de ligação da História Ambiental com a História Pública. Diretamente ligado a isso, creio que há uma sobreposição do papel atribuído à órbita mais geral da História Oral quando, em verdade, ele perpassa as problemáticas que também são caras à História Pública, empalidecendo esta última. E isso por uma razão que foi perspicazmente pontuada por Linda Shopes (2002). História Oral e História Pública se institucionalizaram a partir dos anos 1960/1970, respectivamente, como uma forma de trazer à luz aquelas experiências de vida que a escrita da história tradicional até então havia ignorado. No chão comum da História Social, historiadores orais e historiadores públicos se sobrepuaram, não raras vezes nos mesmos profissionais, enevoando as fronteiras. O objetivo compartilhado, de propiciar que os sujeitos históricos ignorados pelas narrativas oficiais tivessem voz, fez com que a História Oral se tornasse um meio essencial para expandir tanto o conteúdo quanto a audiência para a programação pública (Shopes, 2002). Ora, se, como afirmei acima, a História Social foi uma das vias pela qual a História Ambiental adentrou a historiografia brasileira, é plausível supor que foi pelas mãos da História Oral, trazida pelo

ção comum que estabelece com a História Social, que a História Pública entrou para a História Ambiental no Brasil.

Pela análise de Don Ritchie (2015), temos que a História Pública seria um esforço organizado de levar uma história precisa e significativa a um público amplo, e a História Oral a ferramenta natural para alcançar esse objetivo. Essa visão implica uma simplificação contraproducente, fruto da disputa por espaços de atuação. Em um texto presente no primeiro número da *The Public Historian*, o historiador público Arthur Hansen (1978) atribuiu à História Pública a oportunidade de tirar a História Oral dos arquivos e torná-la mais relevante para as preocupações públicas do momento. O esforço de Hansen em “capitalizar” a História Oral pelas vias da História Pública, além de não ser infundado num momento de crise de empregos e disputa pelo mercado de trabalho nos Estados Unidos, foi eficaz.

Quando se fala em História Oral e História Pública, a tendência é que as pessoas se limitem a imaginar a primeira como o combo entrevista-gravador-transcrição, e a segunda como a apresentação popular para um amplo leque de audiências. A grande questão é que as duas são muito mais desafiadoras e complexas, sobretudo quando pensadas em interrelação. A História Oral explora questões éticas e epistemológicas colocadas pela relação entre narrador e pesquisador, e entre memórias, narrativas e identidades; quanto à História Pública, temos que, a fundo, ela está ligada a como adquirimos o senso de passado. Disso podemos realinhar os termos da sentença de Ritchie: a História Oral seria a ferramenta natural para compreender como, na esfera do debate público, adquirimos nosso senso de passado e nos posicionamos em relação aos problemas contemporâneos. O caminho para isso, segundo Ana Maria Mauad (2018), é pensar a História Oral a partir da articulação de dois movimentos: a já citada autoridade compartilhada e a “posse da palavra” pelos sujeitos históricos. Desta forma, é possível ir além do modelo que ainda privilegiava uma pretensa autoridade vinda de cima – geralmente, a do historiador/entrevistador, que aplica questionários e depois os transcreve para dar formato às narrativas que subsidiam suas problemáticas e argumentos, sob o pretexto de compartilhar uma autoridade da qual seria portador (Frisch, 2016).

Na esfera do que poderíamos chamar História Pública Ambiental estadunidense, algumas iniciativas que partem da História Oral são dignas de nota. É o caso de um projeto desenvolvido pelo Cooperstown Graduate Program, um dos mais antigos programas de pós-graduação em Museologia dos Estados Unidos, sediado em Nova York. O amplo acervo de relatos orais do programa foi utilizado para incentivar quatro comunidades rurais do entorno a

pensarem sobre problemas ambientais passados e presentes. A partir daí, eles produziram novas narrativas orais sobre a qualidade da água, a comparação entre usos tradicionais e contemporâneos dos recursos da natureza e o controle dos recursos hídricos. Em comum, concluíram que a terra é o recurso mais importante que eles possuíam (Gard; Walker, 2014, p. 7).

Esta produção de um acervo oral proveniente do debate público das próprias comunidades sobre problemas ambientais contemporâneos é a que mais se aproxima da proposta de pensarmos História Ambiental como *modo de pensamento*, História Pública como *meio de ação compartilhada* e a História Oral como *ferramenta*. Há que se perguntar se no Brasil temos iniciativas semelhantes à do Cooperstown Graduate Program. Nós, historiadores ambientais brasileiros, temos trabalhado desta forma? A julgar pela constatação de Pádua & Carvalho, de que as fontes orais ainda são subutilizadas, a resposta é que estamos diante de um potencial ainda pouco explorado. Conquanto seja verdade, defendo que, se ampliarmos o olhar para além das narrativas orais, outras formas de intersecção da História Ambiental com a História Pública podem nos saltar aos olhos.

É urgente nos interrogarmos sobre alguns pontos: de que maneira os trabalhos de História Ambiental no Brasil têm logrado ou não atingir uma “atitude historiadora” compartilhada? Em outras palavras, nós, historiadores ambientais, temos, no sentido pleno de uma História Pública, atuado na resposta a demandas públicas, na publicização de resultados da pesquisa, na transposição de uma operação historiográfica para o campo dos produtos culturais de destinação pública (Mauad, 2018)? Quais são os ganhos desta perspectiva pública para a historiografia ambiental de um país com dimensão continental, indiscutível biodiversidade, mas que tem na concentração de renda e na desigualdade social uma das principais causas de degradação ambiental? Estas são importantes questões que ainda não foram analisadas nem pela historiografia dedicada à História Ambiental, nem pela historiografia centrada na História Pública no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, tracei um panorama da institucionalização da História Pública e da História Ambiental, mapeei as preocupações em comum; os compromissos éticos, morais e políticos compartilhados. Todo este percurso foi feito a fim de embasar o meu argumento de que o diálogo entre ambas, apesar de incentivado pelo *Rachel Carson Center for Environmental History* e

pelo *National Council on Public History*, permanece em aberto no Brasil. Não porque os historiadores ambientais do país não se preocupem ou estejam alheios ao debate público, mas porque muitos de seus trabalhos são analisados pelas vias da História Social e da História Oral. Enxergo aqui uma lacuna historiográfica a ser preenchida não pelo abandono destas vias, mas pela reconstrução dos caminhos em duas direções complementares.

A primeira é partir da ideia da História Ambiental como *modo de pensamento*, da História Pública como *meio de ação compartilhada* e da História Oral como *ferramenta*. Desta forma, conseguiremos reafirmar a importância sinalizada tanto por Pádua & Carvalho quanto pelos documentos do *Rachel Carson* e do NCPH: a promoção da sustentabilidade passa, invariavelmente, pela compreensão dos diversos sentidos que as comunidades atribuem aos ambientes em que estão inseridas. Estes sentidos devem ser apreendidos nos relatos orais dos membros destas comunidades.

A segunda é investigar que a “atitude historiadora” compartilhada se dá para além da coleta de narrativas orais. Aqui, é preciso compreender como se dá, na historiografia ambiental brasileira, uma história feita *pelo* público e *com* o público, além de analisar como os historiadores ambientais têm avaliado a relação entre *história* e *público* (Santhiago, 2016, p. 28). Nesse sentido, sublinho a necessidade de avaliar outros formatos e linguagens dos chamados produtos historiográficos provenientes dos historiadores ambientais³. Refiro-me aqui a levar em consideração não somente o texto acadêmico, mas também outras mídias que eventualmente sejam melhores indicadores da maior interação com a comunidade de estudo ou o público de uma maneira geral. Desta forma, a História Pública e a História Ambiental no Brasil poderão (re)acender o diálogo e fortalecer o compromisso ético-político com a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, Julio. *La Investigación Histórica: teoría y método*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- BLACKBOURN, David. Environmental History and Other Histories. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof. *The Future of Environmental History: Needs and Opportunities*. Munich: Rachel Carson Center; University of Munich, 2011. pp. 19-21.
- CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1962.
- CARRUTHERS, Jane. Recapturing Justice and Passion in Environmental History: A Future Path. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof. *The Future of*

- Environmental History: Needs and Opportunities*. Munich: Rachel Carson Center; University of Munich, 2011. pp. 57-59.
- CAUVIN, Thomas. *Public History: A Textbook of Practice*. New York: Routledge, 2016.
- CAUVIN, Thomas. The Rise of Public History: An International Perspective. *Historia Crítica*, Bogotá, n. 68, pp. 03-26, Apr.-June 2018.
- COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof. *The Future of Environmental History: Needs and Opportunities*. Munich: Rachel Carson Center; University of Munich, 2011.
- CROSBY, Alfred W. *O Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1986].
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1995].
- DUARTE, Regina Horta. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, pp. 25-44, jul.-dez. 2007.
- DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen; NODARI, Eunice Sueli; SANTOS, Mauro Augusto dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 81, pp. 141-162, 2019.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp. 57-71.
- FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. New York: The Suny Press, 1990.
- GARD, Haley; WALKER, Will. Oral Histories of the Land: Creating Community Dialogues on the Environment. *Public History in a Changing Climate*, pp. 7, 2014.
- GARDNER, James B. Trust, Risk and Public History: A View from the United States. *Public History Review*, v. 17, pp. 52-61, 2010.
- GLASER, Leah S. Introduction: Public History and Environmental Sustainability: Identifying Issues of Environmental Sustainability in Public History Practice. *The Public Historian*, v. 36, n. 3, pp. 10-16, 2014.
- GLASSBERG, David; PHARAON, Sarah. Witnessing Climate Change: Toward a Network of Environmental Sites of Conscience. *Public History in a Changing Climate*, p. 5-6, 2014.
- DE GROOT, Jerome. *Consuming History: Historians and Heritage in Contemporary Popular Culture*. London: Routledge, 2009.
- HANSEN, Arthur A. Oral Inquiry and Public Historical Study. *The Public Historian*, v. 1, n. 1, p. 12, 1978.
- HAYDEN, Dolores. *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 1995.

- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*: São Paulo, 1890-1940. São Paulo: Alameda, 2006.
- KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. *The Public Historian*, v. 1, n. 1, pp. 16-28, 1978.
- LEONARDI, Victor. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: UnB; Paralelo 15, 1999.
- LIDDINGTON, Jill. O Que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp. 31-52.
- MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e História Pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *Historia Crítica*, Bogotá, v. 68, pp. 27-45, abr.-jun. 2018.
- MELOSI, Martin V. Public History and the Environment. *The Public Historian*, v. 15, n. 4, pp. 10-20, 1993.
- MELOSI, Martin V.; SCARPINO, Philip. *Public History and the Environment*. Malabar, Florida: Krieger Publishing Company, 2004.
- MELOSI, Martin V. Mainstreaming Environmental History. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof. *The Future of Environmental History: Needs and Opportunities*. Munich: Rachel Carson Center; University of Munich, 2011. pp. 31-33.
- NATIONAL COUNCIL ON PUBLIC History Sustainability Task Force. *Public History and Environmental Sustainability: A Role for NCPH*. Jan. 2014. Disponível em: <https://ncph.org/phc/social/sustainability-task-force-white-paper-draft/>. Acesso em: 03 jun. 2022.
- PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 27, n. 4, pp. 1311-1340, 2020.
- RITCHIE, Donald A. *Doing Oral History*. New York: Oxford University Press, 2015.
- ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp. 185-196.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp. 23-36.
- SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Fragmentos patrimoniais de passado: o campo cinematográfico apropriando-se da história pública. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp. 51-74.

- SAYER, Fayer. *Public History: A Practical Guide*. New York: Bloomsbury Academic, 2015.
- SEDREZ, Lise F.; MAIA, Andrea Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, pp. 183-199, 2014.
- SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre História Oral e História Pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp. 71-84.
- SHOPES, Linda. Making Sense of Oral History. *History Matters: The US Survey Course on the Web*, Feb. 2002.
- STINE, Jeffrey. Public History and the Environment. In: GARDNER, James B.; HAMILTON, Paula (Eds.). *The Oxford Handbook of Public History*. Oxford: Oxford University Press, 2017. pp. 190-206.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1983].
- UEKOETTER, Frank. Globalizing Environmental History – Again. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof. *The Future of Environmental History: Needs and Opportunities*. Munich: Rachel Carson Center; University of Munich, 2011. pp. 24-26.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 4, n. 8, pp. 198-215, 1991.
- WORSTER, Donald (Ed.). *The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History*. New York: Cambridge University Press, 1988.

NOTAS

¹ Segundo Donald Worster (1991, p. 202), a primeira trata da organização e do funcionamento dos elementos orgânicos e inorgânicos no passado. Numa segunda vertente, os estudos atentam para o domínio socioeconômico do ambiente ecológico, preocupando-se “com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais”. Por fim, o terceiro nível ocupa-se das percepções humanas sobre a natureza, isto é, das diversas formas de pensar e sentir o mundo natural.

² Como estes, poderiam ser citados outros trabalhos que foram influenciados por Thomas, Crosby e Dean, e que são enquadrados, por exemplo, nas interfaces da História Ambiental com a História Política, a História das Ideias e a História Intelectual. Ocorre que tais obras fugiriam ao escopo deste artigo, de pensar a relação específica com a comunidade e com o elemento social, ponto de contato com as preocupações da História Pública.

³ A título de exemplo, temos a iniciativa pioneira encabeçada desde 2013 por Regina Horta

Duarte no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, o *As 4Estações*. Trata-se de um programa transmitido pela Rádio UFMG Educativa, com episódios disponíveis no YouTube e no Spotify. Formatado em pílulas de três minutos de duração, o programa aborda temas variados sobre as relações entre sociedade e natureza ao longo da História, com o objetivo de contribuir para uma maior divulgação da História Ambiental e disponibilizar conteúdos de fácil acesso para os professores. Embora seja classificado por Duarte como um programa de divulgação científica, o projeto tem todas as características para ser pensado do ponto de vista da História Pública.



Artigo submetido em 04 de junho de 2022.

Aprovado em 16 de fevereiro de 2023.